

# NKOMATI: ASSINAR <sup>Dom.</sup> É CUMPRIR? <sup>10/2/85</sup>

O Acordo de Nkomati não está a ser cumprido.

Significa que foi um erro tê-lo assinado? Terá sido um passo em falso, uma tentativa vã?

Não. Foi correcto ter assinado o acordo. Mesmo que ele não esteja a ser efectivamente cumprido pela África do Sul foi um passo correcto da nossa diplomacia. O não cumprimento de Nkomati só na aparência dá razão àqueles que se ergueram contra ele. Numa intervenção feita em Abril de 84 o Presidente Samora Machel condenou os oportunistas de direita e de esquerda que já então se manifestavam contra o Acordo. «Surgirão os oportunistas de direita que atribuirão a esta medida um conteúdo derrotista» e «surgirão os oportunistas de esquerda que procurarão dividir as forças progressistas e revolucionárias e lançar a confusão e a intriga». E o dirigente da Revolução Moçambicana prosseguiu: «Associar-se-ão a estas vozes, os militaristas, os promotores da política de força e confrontação, aqueles que pretendem incluir o nosso País e a nossa região na zona de influência daquilo a que chamam «os seus interesses vitais».

Que fique bem claro: Em Nkomati não se conquistou a paz. Os moçambicanos sabiam bem que Nkomati era apenas o início de um processo complexo e delicado. Seria a força das armas, o combate no terreno quem iria, em definitivo, impôr a paz e a tranquilidade. O Acordo foi a aplicação de um princípio de coexistência pacífica entre estados de regimes sociais diferentes, princípio universalmente consagrado pela Comunidade Internacional. A República Popular de Moçambique aplicou, na região a que pertence, este princípio de paz que é uma conquista da humanidade. Moçambique não podia agir de outro modo porque essa é sua tradição na procura da paz e na diminuição da tensão internacional.

Errado era pensar que automaticamente o Acordo daria frutos.

Errado era esperar que a aplicação do Acordo se faria sem luta e sem dificuldades. Essas dificuldades estavam previstas desde o princípio. Porque se sabia que a natureza profunda do problema do banditismo se mantinha intacta. Na realidade as forças que estão na origem do banditismo não subscreveram as decisões de Março de 1984.

Esperava-se que o governo sul-africano se demarcasse dessas forças e impusesse a sua vontade de cumprir e fazer cumprir aquilo que tinha assinado. O tempo não disse a última palavra sobre os verdadeiros motivos de «a torneira» não se ter fechado em território sul-africano. Restam ainda dúvidas sobre se são razões de intenção ou de incapacidade.

Um comentário produzido há dias pela emissora oficial sul-africana terminava com a seguinte pergunta: «Quem beneficiará com a alternativa ao Acordo, ou seja com o regresso à hostilidade e à confrontação?» É uma pergunta que tem que ser, ela própria interrogada: é que para Moçambique não houve nunca interrupção da hostilidade e da confrontação. Uma alternativa ao Acordo só pode ser originada pelo não-cumprimento da parte sul-africana. Moçambique cumpriu e a RAS sabe-o perfeitamente.

O governo moçambicano jamais necessitou de regressar à arena pública e repetir declarações de intenção. A sua palavra bastou em 16 de Março. As autoridades moçambicanas jamais necessitaram de esclarecer qualquer mal-entendido.

Os governantes sul-africanos tiveram que o fazer. Admitiram publicamente a hipótese de existirem forças no seu território que alimentavam ainda o banditismo mas que essas forças actuavam à margem do seu controlo. O próprio comentário radiofónico admite «a incapacidade da África do Sul em convencer as forças da violência a parar com ela». (sic)

As forças que na RAS mantêm o apoio aos bandos armados não necessitam pois de «regressar às hostilidades e confrontação».

Hostilidade e confrontação é o que elas têm feito desde o primeiro minuto, responsabilidade que deve ser exclusivamente imputada ao governo de Pretória. ■